

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº , DE 2009

Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado das Cidades para tratar da inclusão nos programas habitacionais do Governo Federal das áreas atingidas por enchentes nos últimos doze meses.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Senhor **Márcio Fortes de Almeida** (Ministro de Estado das Cidades) para debater a inclusão nos programas habitacionais do Governo Federal das áreas atingidas por enchentes nos últimos doze meses.

JUSTIFICAÇÃO

Como tem sido largamente divulgado na imprensa, o Norte e o Nordeste têm sofrido enormemente com chuvas incessantes. Calcula-se que mais de 290 mil habitantes já tenham sido atingidos e cerca de 135 mil estejam desabrigados. No ano de 2008, tais tragédias se abateram sobre o Estado de Santa Catarina. Evidencia-se, portanto, a necessidade de atuação urgente das autoridades não só para conter os prejuízos sofridos, mas também para a reconstrução digna das vidas das populações atingidas.

Por causa desses eventos trágicos, a bancada maranhense apresentou ao Ministro das Cidades sugestões de ação para que o Governo Federal participe ainda mais da reconstrução das moradias destruídas. Citamos algumas delas:

- inserção no Programa “Minha Casa Minha Vida”, independente da fonte de recursos/modalidades, de todos os municípios que se encontram em situação de emergência ou de calamidade pública;
- no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – Recurso FDS –, eliminação das travas relativas à quantidade de unidades habitacionais tanto isoladas como em conjunto, ficando elas vinculadas à necessidade dos

municípios;

- extensão das mesmas condições do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR para as áreas urbanas dos municípios atingidos, sem limite de quantidade de unidades habitacionais;
- para a aplicação de recursos do OGU, dispensa de contrapartida dos municípios e do estado e suspensão temporária das exigências do CAUC/SIAFI.

Por esses motivos, é de fundamental importância a realização de debate entre os membros desta Comissão e o Excelentíssimo Ministro das Cidades com o objetivo de discutir medidas em favor das cidades atingidas pelos desastres naturais acima mencionados.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2009.

Deputado FLÁVIO DINO